



TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1 “CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOWS VARIADOS, ARBITRAGEM, LOCUTOR, INTÉRPRETE DE LIBRAS, GUIA DE TURISMO E PINTOR ARTÍSTICO”.

O credenciamento de pessoas jurídicas para atender à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer justifica-se pela necessidade de garantir a realização contínua e qualificada de eventos culturais, esportivos, artísticos e turísticos no município de Santa Rosa da Serra/MG. A demanda por apresentações artísticas, atividades esportivas, manifestações culturais e eventos cívicos é constante ao longo do ano, abrangendo festas comunitárias, festividades urbanas, jogos esportivos e celebrações tradicionais, o que requer profissionais e artistas devidamente habilitados para execução dessas atividades.

O presente credenciamento possibilita valorizar e fomentar a atuação de artistas, técnicos e profissionais locais e regionais, estimulando novos talentos e fortalecendo a identidade cultural do município. Além disso, promove a geração de renda regional, dinamizando a economia local por meio da difusão de produções culturais, do estímulo criativo e da ampliação do acesso da comunidade às manifestações artísticas, em consonância com o direito constitucional à cultura.

Sob o aspecto administrativo, o credenciamento assegura maior economicidade e eficiência à gestão pública, pois permite que, diante de eventos previamente programados ou situações imprevistas, a Secretaria conte com profissionais já habilitados, dispensando a abertura de novos processos licitatórios para cada contratação. Isso proporciona agilidade, redução de custos processuais, flexibilidade para atendimento das demandas e continuidade dos serviços públicos, garantindo que as atividades da pasta sejam realizadas de forma planejada, célere e de acordo com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

As quantidades previstas no presente estudo foram estimadas a partir da proposta orçamentária para os exercícios de 2025/2026, revelando-se adequadas para atender às necessidades da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, de forma a assegurar o acesso da população a eventos de qualidade, consolidando a política pública de incentivo à cultura, ao esporte, ao lazer e ao turismo no município.



1.2 Os quantitativos físicos e financeiros mensais para cada prestador habilitado serão previstos contratualmente;

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 5.401/2023.

1.6 O contrato vigorará da data da sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a lei 14.133/2021 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

1.7 Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.8 A Administração não se obriga a contratar todos os procedimentos oferecidos, mas sim a quantidade necessária para atender a demanda da ADMINISTRAÇÃO.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de garantir a realização contínua de eventos culturais, esportivos, turísticos e cívicos ao longo do exercício de 2025/2026, abrangendo festividades comunitárias, distritais e urbanas, jogos e competições esportivas, bem como demais atividades de interesse público.

O credenciamento de pessoas jurídicas possibilitará a seleção de artistas, técnicos e profissionais especializados para atender às demandas da Secretaria, promovendo a valorização dos talentos locais e regionais, o incentivo à economia criativa e a geração de renda, além de assegurar à comunidade o acesso a atividades de lazer, cultura e esporte, em consonância com o direito constitucional à cultura.

Adicionalmente, o credenciamento oferece maior agilidade e economicidade à Administração Pública, uma vez que permite a contratação direta de profissionais previamente habilitados sempre que houver necessidade, evitando a repetição de processos licitatórios e garantindo eficiência no atendimento das demandas, inclusive em situações imprevistas.

Assim, a contratação se mostra imprescindível para a continuidade das ações da Secretaria, viabilizando a difusão cultural, o fortalecimento das manifestações esportivas e o estímulo ao turismo local, em benefício de toda a população.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Para que a contratação atinja os resultados pretendidos pela Administração é necessário um conjunto de elementos e especificações técnicas com descrição minuciosa do serviço a ser prestado na organização de eventos. Deve-se considerar: a qualidade do serviço e a pontualidade para seu início.



3.2 O serviço prestado objetiva firmar a identidade da administração como um todo, preservando a cultura local de eventos e jogos esportivos, mantendo o vínculo e a preferência pelos munícipes, continuando os trabalhos de uma administração consciente com os valores locais.

3.3 A contratação de serviço de qualidade é condizente com as expectativas institucionais a seguir: a assertividade na entrega do serviço, com base nos prazos estipulados, trará maior confiabilidade no serviço; outro fator de grande importância é a comunicação entre a Prefeitura e a prestadora do serviço, a fim de manter o andamento correto do trabalho.

3.4 A Prefeitura contará, também, com a transparência e responsabilidade da prestadora do serviço ao lidar com o fornecimento do serviço solicitado, assim como com a dedicação na execução com excelência.

3.5 As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

4 -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

I- Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

II- Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado;

III- Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

IV- Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

V- Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados que foram processados.



- VI- Vistoriar periodicamente as instalações do prestador contratado a fim de verificar se as condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.
- VII- Exercer o controle e avaliação, dos serviços realizados, estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- VIII- Transferir os recursos previstos neste Contrato à CONTRATADA, correspondente aos serviços efetivamente prestados.
- IX- Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.
- X- Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.
- XI- Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido na lei.
- XII- Comunicar com antecedência à contratadas eventuais alterações de cronograma, rotas ou necessidades relacionadas à prestação dos serviços.
- XIII- Assegurar os recursos orçamentários, necessários ao cumprimento das obrigações financeiras decorrentes do contrato;

5 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.1. Cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital de credenciamento, bem como na legislação vigente aplicável.
- 5.2. Executar os serviços contratados com qualidade, pontualidade e observância às especificações previamente acordadas, atendendo às orientações e determinações da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
- 5.3. Garantir a presença de profissionais devidamente qualificados e, quando necessário, apresentar documentação que comprove a habilitação técnica e/ou artística exigida.
- 5.4. Respeitar as normas de segurança, legislação trabalhista e previdenciária, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.
- 5.5. Fornecer todos os materiais, equipamentos e recursos necessários para a execução adequada das atividades contratadas, salvo quando previamente acordado em contrário com a Secretaria.
- 5.6. Responder por danos causados à Administração Pública, a terceiros ou a bens públicos



e privados, quando comprovada sua responsabilidade, decorrentes de ações ou omissões na execução dos serviços.

5.7. Manter sigilo sobre informações às quais tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-las em benefício próprio ou de terceiros.

5.8. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos e comparecer aos locais designados para as atividades, observando os horários determinados pela Secretaria.

5.9. Prestar toda assistência necessária durante a execução dos serviços, assegurando a boa execução e a satisfação do interesse público.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula,



devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, afim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a prestação do serviço, uma vez que não se trata de processo de grande vulto.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA



É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo.

CONSÓRCIO

Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Chamamento Público em tela.

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

ALOCÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMIVEIS

A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

8 GESTÃO DO CONTRATO

8.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas



avanzadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.7 O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.8 O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Para esta contratação a gestão pela será exercida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

9 CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.2 A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços executados previamente encaminhados, e efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal, observado os limites quantitativos contratados;

9.2.1 As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitos via email em licitacao@santarosadaserra.mg.gov.br.



Forma de pagamento

9.3 O pagamento dos serviços prestados e regularmente faturados com contrato válido e vigente, até o décimo dia útil, após o cumprimento das seguintes condições:

a) emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

9.4 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência.

9.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de pagamento

O prazo de 10 (dez) dias úteis contará a partir da data em que se efetivar a emissão da nota fiscal

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIAMENTO

10.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, desde que atendam integralmente ao disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, bem como às normas técnicas e administrativas aplicáveis.

10.2. Na hipótese de haver mais de um credenciado apto à execução do objeto, a escolha da contratação observará a ordem cronológica de protocolo/recebimento da documentação de habilitação, resguardada a possibilidade de chamamento subsequente dos demais credenciados em caso de recusa, desistência, impedimento ou impossibilidade de atendimento por parte do primeiro colocado.

10.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização do credenciamento através da inexigibilidade;

10.3.1. Os interessados deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços



constantes no Anexo I deste termo de referência.

10.3.2. O interessado ofertará os procedimentos e suas respectivas quantidades, conforme a capacidade instalada para a execução, sendo facultada a escolha parcial e/ou total do Anexo I. Para isso, deverá preencher o Anexo II com a proposta de procedimentos ofertados.

11. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

11.2 A solicitação deverá conter, na forma e no conteúdo, as exigências deste Termo de referência, e especialmente:

11.2.1 Razão social completa do interessado, CNPJ, Inscrição Estadual, Código CNES, endereço, telefone, e e-mail;

11.2.2 Número do Edital do Credenciamento;

11.2.3 Nome e número do Banco e da Agência e número da conta corrente;

12. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

a) Modelo de Proposta dos procedimentos a serem contratados, assinado pelo responsável técnico do Estabelecimento, por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura. **(Anexo II)**;

b) Ficha de solicitação de Credenciamento **(Anexo III)**

c) Declaração de Concordeância com os Preços da Tabela do Anexo I. **(Anexo IV)**

12.3.1. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do participante.

12.3.2. A(s) entidade(s) habilitada(s) terá(ão) mera expectativa de direito quanto à sua contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO DO PRESTADOR

13.1. Quando o objeto não comportar a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, a Administração adotará critério objetivo para a distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.

13.2.1. A alocação observará a ordem cronológica de protocolo do credenciamento, sendo chamado primeiramente o credenciado que tiver apresentado sua documentação em data anterior.

13.2.2. Caso o credenciado convocado não possa atender à demanda, será chamado o próximo da ordem cronológica, e assim sucessivamente, assegurando-se igualdade de



condições a todos os credenciados.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes.

14.4. DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Dotação: 02.13.01.13.391.0031.2152 – 3.3.90.36.00 – Promoção Atividades preservação histórica

Ficha: 424 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Dotação: 02.13.01.13.392.0030.2150 – 3.3.90.39.00 – Incentivo Manifestações Culturais

Ficha: 429 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Dotação: 02.13.01.13.392.0030.2151 – 3.3.90.39.00 – Promoção Festividades Cívicas e Folclóricas

Ficha: 432 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Dotação: 02.13.01.23.695.0112.21133 – 3.3.90.39.00 – Manut. Das Atividades Turísticas

Ficha: 435 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1.500.000.0000 – Recursos não vinculados de Impostos

Dotação: 02.13.01.27.812.0094.2116 – 3.3.90.39.00 – Manut. Das Atividades Desp. Amador

Ficha: 442 – Outros serv. Terceiros - pessoa jurídica

Fonte Recursos: 1.500.000.000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

14.5. O prestador somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente encaminhados, autorizados pela ADMINISTRAÇÃO, e efetivamente prestados.



14.6. As propostas de ofertas de serviços aprovadas provenientes deste Termo de Referência, não implicarão em nenhuma previsão de crédito em favor do prestador;

14.7. Os recursos financeiros necessários para a celebração dos contratos estão incluídos no TETO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DA SERRA

14.8. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente que, com dolo ou culpa:

15.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

15.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.3.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação (se for o caso) ;

15.3.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.3.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva (se for o caso);

15.3.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.3.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa no Chamamento Público ;

15.3.9. Fraudar o Chamamento Público

15.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.3.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.3.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento

15.3.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a



prévia defesa, aplicar aos proponentes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.4.1. advertência;

15.4.2. multa;

15.4.3. impedimento de licitar e contratar e

15.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.5.2. as peculiaridades do caso concreto

15.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6,

13.1.7 e 13.1.8,, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º,



da Lei n.º 14.133/2021.

15.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.12. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidas e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de



Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça em Campos Altos/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (*dispute boards*)) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

ANEXO I – Tabela com quantitativos e valores fixados;

ANEXO II – Proposta de serviços ofertados

ANEXO III – Ficha de Solicitação de Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração de Concordância com os Preços

17- DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Santa Rosa da Serra/MG, 15 de setembro de 2025.

LORENA PAULINO DA SILVA
Secretária Municipal de Cultura,
Turismo, Esporte e Lazer

LEONARDO SIMIÃO FREIRE
Assessor de Gabinete
Responsável pelo Setor de Cultura e Turismo



ANEXO I
CREDENCIAMENTO Nº 004/2025
PROCESSO Nº 197/2025

ITEM	QTADE	MODALIDADE	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CANTOR SOLO QUE CANTE ESTILOS VARIADOS COM PLAYBACK, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 2.194,44	R\$ 32.916,60
02	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL EM DUPLA QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO E UM CAJON, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 3.198,89	R\$ 47,083,35
03	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL EM TRIO QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO, UMA SANFONA OU ACORDEOM E UMA BATERIA OU CAJON, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 5.000,00	R\$ 75.000,00
04	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL DE BANDA COM NO MÍNIMO 4 INTEGRANTES QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO, UMA BATERIA, UMA SANFONA OU ACORDEOM E UM TECLADO MUSICAL, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 12.166,67	R\$ 182.500,05
05	05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 16.000,00	R\$ 80.000,00



		COM GRUPO MUSICAL EM ESTILO DE BATERIA DE ESCOLA DE SAMBA, COM REPERTÓRIO DE SAMBAS, SAMBAS DE ENREDO E MPB EM RITMO DE SAMBA, COM DURAÇÃO DE 2 HORAS. DEVERÁ SER COMPOSTA POR PELO MENOS 2 CANTORES, 1 GUITARRISTA, 1 GANZÁ E 8 PERCUSSIONISTAS (SENDO 3 INSTRUMENTOS DE CAIXA, 2 TAMBORINS E 3 SURDOS, COM SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS), SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).			
06	05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM GRUPO MUSICAL, COM REPERTÓRIO DE AXÉ COM MARCHINHAS, COM MÍNIMA DURAÇÃO DE 2 HORAS. DEVERÁ SER COMPOSTA POR PELO MENOS: 01 VOZ FEMININA, 01 VOZ MASCULINA, 01 GUITARRISTA, 01 BAIXISTA, 01 TECLADISTA E 01 BATERISTA, COM SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS.	SERVIÇO	R\$ 13.200,00	R\$ 66.000,00
07	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO DJ TOCAR - MÚSICAS ELETRÔNICAS EM GERAL; REMIXES COM TODOS OS ESTILOS DE MÚSICA, DESDE AS MAIS ANTIGAS ATÉ AS ATUAIS. O DJ DEVE TER TODO EQUIPAMENTO NECESSÁRIO PARA APRESENTAÇÃO, SENDO CADA SHOW DE NO	SERVIÇO	R\$ 2.575,00	R\$ 38.625,00



		MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).			
08	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CORAL (CAPELLA); ERUDITA; GOSPEL; CRISTÃS; CATÓLICAS; CLÁSSICAS EM GERAL. SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 5.132,35	R\$ 76.985,25
09	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO CONTENDO: 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) AUXILIARES/BANDEIRINH AS E 01 (UM) MESÁRIO.	SERVIÇO	R\$ 368,95	R\$ 18.447,50
10	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE FUTSAL CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	SERVIÇO	R\$ 255,19	R\$ 51.038,00
11	40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE HANDEBOL CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	SERVIÇO	R\$ 254,33	R\$ 10.173,20
12	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO LOCUTOR	HORA	R\$ 102,67	R\$ 5.133,50
13	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INTERPRETE DE LIBRAS	HORA	R\$ 151,49	R\$ 7.574,50
14	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO GUIA DE TURISMO	SERVIÇO	R\$ 250,68	R\$ 12.534,00
15	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PINTOR ARTISTICO (GRAFITAGEM/MURALISM O)	HORA	R\$ 29,59	R\$ 5.918,00



ANEXO II
CREDENCIAMENTO
Nº 004/2025
PROCESSO Nº 197/2025

MODELO DE PROPOSTA

_____(Nome do estabelecimento) pessoa jurídica de direito
(público / privado) inscrita no CNPJ sob nº_____, sediada na
_____, cidade_____, vem por seu
representante legal, _____apresentar seu interesse junto a Secretaria
Municipal de Administração para prestação de serviços de

_____, conforme abaixo, , de conformidade com o Credenciamento nº 004/2025 .

ITEM	QTDE	MODALIDADE	UNID	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CANTOR SOLO QUE CANTE ESTILOS VARIADOS COM PLAYBACK, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 2.194,44	R\$ 32.916,60
02	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL EM DUPLA QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO E UM CAJON, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 3.198,89	R\$ 47,083,35
03	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL EM TRIO QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO, UMA SANFONA OU ACORDEOM E UMA BATERIA OU CAJON, SENDO CADA SHOW DE	SERVIÇO	R\$ 5.000,00	R\$ 75.000,00



		NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).			
04	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SHOW MUSICAL DE BANDA COM NO MÍNIMO 4 INTEGRANTES QUE CANTE ESTILOS VARIADOS E TENHA NO MÍNIMO UM VIOLÃO, UMA BATERIA, UMA SANFONA OU ACORDEOM E UM TECLADO MUSICAL, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 12.166,67	R\$ 182.500,05
05	05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM GRUPO MUSICAL EM ESTILO DE BATERIA DE ESCOLA DE SAMBA, COM REPERTÓRIO DE SAMBAS, SAMBAS DE ENREDO E MPB EM RITMO DE SAMBA, COM DURAÇÃO DE 2 HORAS. DEVERÁ SER COMPOSTA POR PELO MENOS 2 CANTORES, 1 GUITARRISTA, 1 GANZÁ E 8 PERCUSSIONISTAS (SENDO 3 INSTRUMENTOS DE CAIXA, 2 TAMBORINS E 3 SURDOS, COM SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS), SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 16.000,00	R\$ 80.000,00
06	05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM GRUPO MUSICAL, COM	SERVIÇO	R\$ 13.200,00	R\$ 66.000,00



		REPERTÓRIO DE AXÉ COM MARCHINHAS, COM MÍNIMA DURAÇÃO DE 2 HORAS. DEVERÁ SER COMPOSTA POR PELO MENOS: 01 VOZ FEMININA, 01 VOZ MASCULINA, 01 GUITARRISTA, 01 BAIXISTA, 01 TECLADISTA E 01 BATERISTA, COM SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS.			
07	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO DJ TOCAR - MÚSICAS ELETRÔNICAS EM GERAL; REMIXES COM TODOS OS ESTILOS DE MÚSICA, DESDE AS MAIS ANTIGAS ATÉ AS ATUAIS. O DJ DEVE TER TODO EQUIPAMENTO NECESSÁRIO PARA APRESENTAÇÃO, SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 2.575,00	R\$ 38.625,00
08	15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CORAL (CAPELLA); ERUDITA; GOSPEL; CRISTÃS; CATÓLICAS; CLÁSSICAS EM GERAL. SENDO CADA SHOW DE NO MÍNIMO 120 MINUTOS (02 HORAS).	SERVIÇO	R\$ 5.132,35	R\$ 76.985,25
09	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO CONTENDO: 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) AUXILIARES/BANDEIRINHAS E 01 (UM) MESÁRIO.	SERVIÇO	R\$ 368,95	R\$ 18.447,50
10	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE FUTSAL	SERVIÇO	R\$ 255,19	R\$ 51.038,00



		CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.			
11	40	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO ARBITRAGEM DE HANDEBOL CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	SERVIÇO	R\$ 254,33	R\$ 10.173,20
12	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO LOCUTOR	HORA	R\$ 102,67	R\$ 5.133,50
13	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INTERPRETE DE LIBRAS	HORA	R\$ 151,49	R\$ 7.574,50
14	50	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO GUIA DE TURISMO	SERVIÇO	R\$ 250,68	R\$ 12.534,00
15	200	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PINTOR ARTISTICO (GRAFITAGEM/MURALIS MO)	HORA	R\$ 29,59	R\$ 5.918,00

- Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
- Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal.

Santa Rosa da Serra/MG, ___ de _____ de 2025.

Nome, assinatura e CPF do representante legal da empresa.



ANEXO III

**CREDENCIAMENTO Nº 004/2025
PROCESSO Nº 197/2025**

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Representante legal:

CPF:

RG:

SOLICITA O CREDENCIAMENTO DA EMPRESA

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Telefone(s): ()

OPTANTE PELO SIMPLES:() SIM () NÃO

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:Obs.:

Colocar dígito verificador. Não serão aceitas conta conjunta ou poupança. A
contacorrente deverá ser em nome de pessoa jurídica.

Santa Rosa da Serra/MG, _____de__de 20xx.

Nome e assinatura do representante legal da empresa Nome e CPF do declarante

Assinatura do Responsável Técnico Nome e Inscrição no Conselho



ANEXO IV
CREDENCIAMENTO Nº 004/2025
PROCESSO Nº 197/2025

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS PREÇOS DA TABELA FIXADA E DE
COMPROMETIMENTO COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NO ROL
DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025**

(Nome do estabelecimento) pessoa jurídica de direito (público/privado) inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na Nesta cidade vem por seu representante legal, _____, declarar para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concorda em executar os serviços objeto do Credenciamento nº 004/2025, sob o regime de credenciamento, aceitando os preços estipulados no anexo I deste Termo de Referência.

Santa Rosa da Serra/MG, de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal da empresa Nome e CPF do declarante